



COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 1ª Reunião Ordinária 2026 do Comitê do Fundo de Transição

Data: 17 de junho de 2026	Local: Reunião virtual realizada via plataforma Teams.
Horário: 14:00 às 17:00 horas	
Participantes com direito a voto: Representantes dos Membros Doadores Institucionais: 4 participantes; Representantes dos Membros Doadores Corporativos: 0 participantes; Representante do Membro Doador Indivíduo: 1 participante; Representantes dos Membros do Governo Brasileiro: 1 participante.	
Lista de Participantes: José Alentejano (Presidente do CFT); Carola Griebenow (KfW); Jon Tua (WWF-US); Adriana Moreira (GEF); Francisco Oliveira (Moore); Gabriela Weber (Natura); Rita Mesquita (Sbio); Mariana Napolitano (WWF); Bernardo Issa de Souza (DAP/MMA); Roberta Holmes (DAP/MMA); Ana Livia Kasseboehmer (DAP/MMA); Fádía Rebouças (SNPCT/MMA); Bruna Santos (SBC/MMA); Luiz Felipe Souza (ICMBio); Carlos Eduardo Ferreira (DIMAN/ICMBio); Carolina Henriques (DIMAN/ICMBio); Rosa Lemos (Secretária Geral/FUNBIO); Manoel Serrão (Superintendente de Programas/FUNBIO); Fernanda Marques (Assessoria de Projetos/FUNBIO); Rodolfo Marçal (Gerente de Projeto/FUNBIO); Marina Garcia (Gerente de Projetos/FUNBIO); Fábio Ribeiro (Gerente de Projetos/FUNBIO); Fernanda Estrella (Analista de Projetos/FUNBIO); Maiara Souza (Assistente de Projetos/FUNBIO); Eduarda Daldegan (Assistente de Projetos/FUNBIO); Marilene Viero (Gerente de Controle Financeiro/FUNBIO); Felipe Camello (Coordenador de Controle Financeiro/FUNBIO).	

Sumário

I.	Apresentações, agenda do dia, revisão e atualização de encaminhamentos e deliberações da última reunião.....	2
II.	Eleição de presidente e vice-presidente do CFT	3
III.	Eleição do Doador Indivíduo	3
IV.	Execução ARPA.....	3

V.	Recurso para o Relatório D (RAPPAM) - Avaliação de Efetividade e para a Revisão do Modelo de Custo e Financeiro	4
VI.	ARPA Comunidades - plano de ação para efetividade em 2027.....	6
VII.	Aprovação da Política de Investimentos do ARPA Comunidades	8
VIII.	Apresentação do MOP e aprovação da revisão dos Módulos 2 e 3	8
IX.	Orçamento: Pacote de Entrada ARPA Comunidades.....	10
X.	Deliberações	12
XI.	Encaminhamentos	13
XII.	ASSINATURAS.....	13

I. Apresentações, agenda do dia, revisão e atualização de encaminhamentos e deliberações da última reunião

José Alentejano, na qualidade de Presidente do Comitê do Fundo de Transição (CFT), deu início à reunião apresentando a pauta da reunião e propôs que, além da deliberação sobre a aprovação do Módulo 2, prevista na agenda, fosse também deliberada a aprovação do Módulo 3, considerando que ambos os módulos haviam sido encaminhados conjuntamente para análise. Como todos os presentes manifestaram concordância com a proposta e como não houve mais sugestões de itens a serem incluídos, a pauta foi aprovada por unanimidade.

Rodolfo Marçal (FUNBIO) apresentou a atualização dos encaminhamentos da reunião anterior. Em relação à governança e aos critérios de alocação de recursos, informou que foram realizadas reuniões e discussões ao longo do primeiro semestre de 2026 envolvendo os parceiros do programa, o ICMBio e os órgãos gestores. Destacou ainda os avanços relacionados à implementação da nova governança do Programa ARPA, incluindo as tratativas entre MMA, FUNBIO e ICMBio e o processo de instalação do Conselhos do Programas. Informou que o Comitê do Programa já havia deliberado sobre as indicações da sociedade civil e da academia para composição do Conselhos, estando prevista sua instalação ainda no mês de junho.

Encaminhamento 1: O FUNBIO dará continuidade aos procedimentos necessários para a instalação do Conselhos do Programa ARPA, após a validação final das indicações dos representantes da sociedade civil e da academia.

Também foi retomada a discussão sobre a realização presencial das reuniões. Após debate entre os participantes, ficou definida a realização da próxima reunião presencial do CFT no dia 11 de agosto de 2026, em Brasília, nas instalações do FUNBIO. Durante a discussão, foi sugerida a realização de uma reunião comemorativa na Amazônia em 2027, em celebração aos 25 anos do Programa ARPA, proposta que recebeu manifestação favorável dos participantes.

Deliberação 1: O CFT aprova a realização da próxima reunião presencial em Brasília, no dia 11 de agosto de 2026, no escritório do FUNBIO.

II. Eleição de presidente e vice-presidente do CFT

Alentejano informou que os mandatos da Presidência e da Vice-Presidência do Comitê de Fundo de Transição estavam próximos do encerramento e apresentou aos membros a proposta de recondução da atual Presidência e Vice-Presidência por mais um período de dois anos. Não havendo manifestações contrárias, a proposta foi aprovada por consenso pelos membros presentes.

Deliberação 2: O CFT aprova a renovação dos mandatos de José Alentejano, como Presidente, e de AVECITA Chicchon, como Vice-Presidente do Comitê, por mais dois anos.

III. Eleição do Doador Indivíduo

Em razão do desligamento de Paulo Dallari da representação da categoria Doador Indivíduo no Comitê de Fundo de Transição (CFT), Alentejano informou aos participantes sobre a vacância da posição e apresentou a indicação de Gabriela Weber para ocupar a vaga. Durante sua apresentação, Gabriela destacou que atua como Gerente de Sustentabilidade da Natura, e sua experiência em temas relacionados à sustentabilidade e à conservação ambiental.

Os participantes manifestaram satisfação com a indicação e deram as boas-vindas à nova integrante do Comitê. Foi ressaltado que sua experiência poderá contribuir para o fortalecimento das discussões relacionadas à sustentabilidade de longo prazo do Programa, especialmente diante dos desafios e oportunidades associados à implementação do componente ARPA Comunidades.

Não havendo manifestações contrárias, a indicação de Gabriela Weber foi aprovada por consenso, passando a integrar o CFT como representante da categoria Doador Indivíduo.

Deliberação 3: O CFT aprova a indicação de Gabriela Weber para ocupar a vaga de Doador Indivíduo no Comitê do Fundo de Transição do Programa ARPA.

IV. Execução ARPA

Marina Garcia, FUNBIO, apresentou a análise da execução financeira do Programa ARPA referente ao período de 2018 a 2025, destacando a estabilidade da execução ao longo da série histórica, a redução observada em 2021 em decorrência dos impactos da pandemia e a retomada do crescimento nos anos subsequentes. Ao comentar os resultados de 2025, observou uma redução em relação ao montante executado em 2024, indicando que esse comportamento pode estar relacionado ao aumento da utilização de recursos provenientes de contrapartidas, especialmente aqueles oriundos da compensação ambiental pelo ICMBio, que financiaram parte das atividades anteriormente planejadas para serem custeadas com recursos do Programa.

Também foi apresentado comparativo das solicitações e da execução financeira referentes ao primeiro trimestre dos últimos três anos, evidenciando que os resultados de 2026 superaram aqueles observados em 2024, até então o ano de maior execução. Segundo informado, o desempenho foi impulsionado pela automatização de processos, como das solicitações de bens e do cartão manutenção, além dos o esforço das equipes gestoras daas Unidades de Conservação.

Durante a discussão, Francisco Oliveira, representante da Fundação Gordon and Betty Moore, e Luiz Felipe Souza, representante do ICMBio, destacaram a importância de aprofundar a análise sobre a contribuição da compensação ambiental para os resultados do Programa, bem como a necessidade de integração entre os instrumentos de planejamento e execução financeira. Como encaminhamento, ficou acordado que o tema será detalhado na próxima reunião do CFT, com apresentação específica do ICMBio sobre estratégias de integração entre as diferentes fontes de financiamento.

Encaminhamento 2: O ICMBio fará, na próxima reunião do CFT, uma apresentação sobre a integração entre recursos de compensação ambiental e demais fontes de financiamento utilizadas no Programa ARPA.

V. Recurso para o Relatório D (RAPPAM) - Avaliação de Efetividade e para a Revisão do Modelo de Custo e Financeiro

Marina Garcia apresentou a solicitação de alocação de recursos para a realização do Relatório D, referente à avaliação de efetividade das Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa ARPA por meio da metodologia RAPPAM.

Durante a discussão Mariana Napolitano, representante do WWF-Brasil, Bernardo Issa de Souza, Diretor do Departamento de Áreas Protegidas do MMA, e Luiz Felipe Souza, representante do ICMBio, ressaltaram a importância da manutenção da série histórica produzida pela metodologia RAPPAM, ao mesmo tempo em que destacaram a necessidade de buscar maior integração com outras ferramentas de monitoramento, especialmente o SAMGe, visando reduzir retrabalho e aumentar a eficiência dos processos de avaliação.

Após as manifestações, Alentejano sintetizou o entendimento dos participantes, registrando o consenso quanto à necessidade de preservar a série histórica de resultados e, simultaneamente, buscar alternativas de integração metodológica. Considerando a relevância da aplicação do RAPPAM para o Programa, submeteu à deliberação a aprovação de recursos de até R\$ 350.000,00 para a realização do estudo, proposta aprovada sem objeções.

Deliberação 4: O CFT aprova a alocação de até R\$ 350.000,00 para a realização do Relatório D (RAPPAM), destinado à avaliação da efetividade das Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa ARPA.

Mariana Napolitano registrou que, em aplicações anteriores, houve composição de recursos com outros parceiros para viabilizar o desenvolvimento de ferramentas e plataformas associadas à metodologia. Dessa forma, foi acordado que eventuais ajustes de escopo ou orçamento poderão ser submetidos posteriormente à apreciação do Comitê, inclusive por meio de deliberação assíncrona.

Encaminhamento 3a: Caso sejam identificadas necessidades de ajustes no escopo ou orçamento do Relatório D (RAPPAM), a proposta deverá ser submetida novamente à apreciação do CFT, inclusive por meio de deliberação assíncrona.

Encaminhamento 3b: WWF-Brasil e ICMBio buscarão solução metodológica que preserve a série histórica de resultados do programa e, simultaneamente, permita ganhos de eficiência e comparabilidade com a integração com o SAMGe.

Na sequência, Marina Garcia apresentou a proposta para revisão do modelo de custos e do modelo financeiro do Programa ARPA, atividade prevista para ocorrer a cada cinco anos. Foram apresentados os objetivos do trabalho, as atividades previstas no escopo original e a estimativa de custo de R\$ 220.000,00, calculada a partir da atualização dos valores empregados na revisão realizada no ciclo anterior.

Durante a discussão, Carolina Henriques sugeriu que fosse avaliada a possibilidade de aproveitar o trabalho para atualizar o estudo "Quanto Custa uma Unidade de Conservação", publicação que continua sendo utilizada como referência pelo ICMBio. Em resposta, foi destacado que a proposta é relevante e que poderiam ser avaliadas possibilidades de construção conjunta com parceiros do Programa.

Alentejano questionou se a inclusão dessa atividade demandaria recursos adicionais. Em resposta, foi informado que a análise seria aprofundada junto aos parceiros e que uma proposta contendo eventual escopo complementar e seus respectivos custos poderia ser apresentada na reunião de agosto.

Após as discussões, o CFT aprovou a destinação de até R\$ 220.000,00 para a realização da revisão do modelo de custos e do modelo financeiro do Programa ARPA, considerando o escopo originalmente apresentado. Eventuais ampliações de escopo e respectivos impactos orçamentários deverão ser submetidos posteriormente à apreciação do Comitê.

Deliberação 5: O CFT aprova a alocação de até R\$ 220.000,00 para a revisão do modelo de custos e do modelo financeiro do Programa ARPA, conforme escopo originalmente apresentado.

Encaminhamento 4: O FUNBIO avaliará, em conjunto com os parceiros do Programa, a viabilidade de inclusão de atividades complementares à revisão do modelo de custos e financeiro, incluindo a eventual atualização do estudo "Quanto Custa uma Unidade de Conservação", devendo apresentar ao CFT, na reunião de agosto, proposta de escopo e estimativa de custos, caso aplicável.

VI. ARPA Comunidades - plano de ação para efetividade em 2027

Fabio Ribeiro apresentou as atividades realizadas entre dezembro de 2025 e junho de 2026. Neste período, foram realizados diversos alinhamentos entre FUNBIO, MMA e Movimentos Extrativistas para estruturar a Governança do ARPA Comunidades. Os membros do Comitê do Programa, Conselho do ARPA Comunidades e Conselho do ARPA Criação e Gestão de UCs foram nomeados e as reuniões de instalação da Governança devem ocorrer no mês de junho.

Com o apoio BID-WWF à preparação do ARPA Comunidades, foram desenvolvidos importantes instrumentos técnicos, como o Plano de Vida para povos e comunidades tradicionais e as Trilhas da Produção Comunitária para apoiar os negócios da sociobioeconomia. Ambos tiveram suas metodologias desenvolvidas por consultorias, com ampla participação das lideranças de movimentos extrativistas, governo federal, governos estaduais, além de parceiros do terceiro setor. Os Planos de Vida serão um instrumento de construção de uma visão de futuro para as comunidades, já as Trilhas da Produção Comunitária têm o objetivo de captar a maturidade das Organizações Comunitárias e traçar um planejamento de ação para o desenvolvimento das mesmas. Estes dois instrumentos serão orientadores dos investimentos do projeto nos subcomponentes 1 (Fortalecimento das Organizações Comunitárias) e 2 (Promoção da Sociobioeconomia).

Parcerias estratégicas para o ARPA Comunidades vêm sendo desenvolvidas sob a liderança do MMA, FUNBIO e WWF, visando garantir a efetiva implementação de todos os subcomponentes. A exemplo, no âmbito o subcomponente 3 (Acesso à Energia e à Conectividade), o Instituto Conexão Povos da Floresta (ICPF) será o parceiro implementador de conectividade significativa de internet para as comunidades beneficiárias do projeto. Ainda neste subcomponente, foi firmado acordo de cooperação entre o Ministério de Minas e Energia (MME) e o MMA, que está delineando um plano de trabalho para impulsionar o Programa Luz para todos no ARPA Comunidades.

Em relação ao subcomponente 5 (Estratégias Transversais), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) também vem atuando como parceiro de implementação, num processo de preparação da plataforma SOMUC Territórios como ferramenta de apoio ao monitoramento de indicadores do ARPA Comunidades, além de atuar no desenvolvimento de um importante indicador de impacto do Programa, o Índice de Bem-Viver para povos e comunidades tradicionais.

Ainda no subcomponente 5 foi desenvolvida uma proposta conceito para a Comunidade de Aprendizagem, importante plataforma de troca de conhecimentos, formação técnica e fortalecimento comunitário. A metodologia desenvolvida por uma consultoria liderada pelo WWF, vem sendo aprimorada com parceiros para efetiva implementação no ARPA Comunidades a partir de 2027.

O FUNBIO também apresentou o andamento do processo de contratação de quatro consultorias que serão orientadoras para a priorização e implementação dos investimentos do ARPA Comunidades. Serão financiados pelo KfW: a) o levantamento de informações de linha de base para

o projeto, que deve rodar a metodologia de maturidade das organizações socioprodutivas, além de coletar outras informações estruturantes; b) o levantamento sobre a regulamentação de atividades em UCs, para compreender as legislações aplicáveis às atividades a receberem investimento; c) a criação de ferramentas para monitoramento de salvaguardas do ARPA Comunidades. Será também financiado pelo BID-WWF um levantamento de mecanismos financeiros aderentes aos empreendimentos comunitários na Amazônia.

Em seguida o Funbio destacou que o Manual Operacional do Programa ARPA foi reformulado e passou a ser organizado em três módulos: ARPA Criação e Gestão (módulo 1), Fundo de Transição (módulo 2) e ARPA Comunidades (módulo 3). A revisão foi realizada com apoio do MMA e o documento encontra-se validado por este. Lembrou que o MOP foi encaminhado para aprovação pelo CFT e será posteriormente submetido à não objeção do KfW e WWF-US.

Para o segundo semestre de 2026 as prioridades são definir os formatos de execução financeira e operacional do ARPA Comunidades, testar pilotos para avaliar e aprimorar metodologias dos instrumentos técnicos desenvolvidos e estruturar o plano bienal de investimentos para 2027/2028, a ser submetido ao CFT na última reunião do comitê em 2026. Foi apresentado um cronograma de previsão de conclusão das atividades de preparação do projeto.

Bruna de Vita destacou que a apresentação refletiu bem o trabalho conjunto desenvolvido entre as diferentes secretarias do MMA, o ICMBio, o FUNBIO e demais parceiros na construção do ARPA Comunidades, e informou que há expectativa de instalação do Conselho do ARPA Comunidades até o final de junho, ressaltando o caráter colaborativo da iniciativa. Segundo ela, as estratégias, metas e métricas do programa têm gerado sinergias com outras ações da Secretaria de Bioeconomia, incluindo parcerias com o IPAM, a construção de plataformas de apoio e as Trilhas da Produção Comunitária, instrumento sinérgico com os núcleos de sociobioeconomia. Por fim, destacou que o processo tem proporcionado importante aprendizado institucional para o MMA e que os resultados do primeiro ano deverão gerar marcos sólidos, com impactos que extrapolam o âmbito das unidades de conservação apoiadas pelo ARPA Comunidades. Reafirmou também o compromisso da SBC com a iniciativa.

Gabriela Weber parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido no ARPA Comunidades, destacou a relevância da iniciativa, e perguntou se há previsão de revisões e atualizações periódicas dos Planos de Vida ao longo do projeto. Também apontou possíveis sinergias entre as ações do ARPA Comunidades e outras iniciativas de bioeconomia, como o programa Prospera e a Casa da Sociobioeconomia, vinculada ao Parque de Bioeconomia do Pará, que está sendo estruturada para apoiar comunidades agroextrativistas da Amazônia. Sugeriu que futuras articulações possam explorar complementaridades entre essas iniciativas.

Em relação ao monitoramento de resultados, mencionou a experiência da Natura com o Índice de Progresso Social (IPS) e sugeriu que ele seja considerado como referência complementar

ao Índice de Bem-Viver, destacando sua ampla utilização na Amazônia e sua capacidade de incorporar dimensões socioambientais.

Por fim, comentou sobre o tema de acesso a crédito e financiamento, ressaltando que o mecanismo Amazônia Viva pode representar uma oportunidade futura para o programa. Colocou a Natura à disposição para aprofundar essa discussão e explorar possíveis parcerias quando oportuno.

Fábio Ribeiro esclareceu que a metodologia dos Planos de Vida prevê um processo de monitoramento periódico, permitindo reavaliações e ajustes ao longo da implementação. Em relação aos indicadores, confirmou que o Índice de Progresso Social (IPS) está entre as referências utilizadas na construção do Indicador de Bem-Viver do ARPA Comunidades, tendo sido apresentado e discutido durante oficina realizada em Brasília.

Manoel Serrão destacou que uma das estratégias centrais do ARPA Comunidades é preparar organizações comunitárias para acessarem, no futuro, políticas públicas e mecanismos privados de financiamento, contribuindo para a sustentabilidade das ações após o encerramento do apoio do programa. Nesse contexto, apontou a iniciativa Amazônia Viva como uma oportunidade alinhada aos objetivos do projeto.

Também ressaltou o forte alinhamento entre o ARPA Comunidades e as políticas federais de bioeconomia. O diferencial do projeto está em conectar seus investimentos às oportunidades oferecidas por políticas públicas e iniciativas privadas já existentes.

VII. Aprovação da Política de Investimentos do ARPA Comunidades

José Alentejano explicou que, por se tratar de um fundo de transição com horizonte até 2039 e necessidade de liquidez no curto prazo, a proposta é que o Fundo de Transição do ARPA Comunidades siga a mesma política de investimentos já adotada pelo Fundo de Transição do ARPA Criação e Gestão de UCs. Embora sejam fundos com gestão separada e recursos não intercomunicáveis, ambos devem adotar a mesma estratégia de investimento. Não houve objeção de nenhum dos membros.

Deliberação 6: O CFT aprova por consenso a Política de Investimentos do Fundo de Transição do ARPA Comunidades.

VIII. Apresentação do MOP e aprovação da revisão dos Módulos 2 e 3

Manoel Serrão fez uma introdução destacando que a construção do MOP foi complexa por articular múltiplos contratos e integrar os componentes ARPA Criação e Gestão e ARPA Comunidades. Neste processo, foram identificadas redundâncias e pontos de sobreposição entre os módulos, indicando a necessidade de harmonização para melhorar sinergias e eficiência em processos e clareza e praticidade na redação. Como exemplo, citou a necessidade de revisar o escopo de auditoria de campo para atender ambos os componentes de forma integrada, e apontou

que parte das ações previstas para 2026 são habilitantes e podem avançar paralelamente à implementação do projeto, como energia, conectividade e pactuação com parceiros.

Com base nos retornos dos parceiros, foram apresentados ao menos sete pontos que precisam de aprimoramento no MOP: auditoria em campo, mecanismos de monitoramento de salvaguardas, formato de divulgação dos mecanismos de queixas, fórmula para cálculo das condições de desembolso, revisão da matriz de riscos e forma de relatoria, detalhamento dos anexos do módulo 3 do MOP e melhor esclarecimento dos critérios de priorização para início da execução dos Subcomponentes do Comunidades e das UCs priorizadas. Também destacou a necessidade de detalhar anexos do módulo 3 até dezembro de 2026. Muitos desses itens já possuem práticas ou modelos preliminares no componente Criação e Gestão de UCs, e a proposta é harmonizá-los e aprimorá-los, considerando o contexto das comunidades e os contratos existentes. Também foi destacada a importância de que o documento trate o programa como único, ainda que com especificidades entre os componentes. Manoel ressaltou também que o documento é vivo e pode ser ajustado ao longo do tempo, e que novas contribuições poderiam ser enviadas ao FUNBIO e avaliadas nas próximas reuniões do CFT, incluindo a reunião de agosto. No entanto, a aprovação do MOP é condição para desembolso dos contratos vigentes, o que torna urgente sua aprovação.

Diante disso foi proposto que a deliberação sobre a aprovação do MOP fosse realizada com o pressuposto de que o Funbio endereçará os pontos listados acima, além de outros que os membros do CFT considerassem cabíveis.

Fábio Ribeiro apresentou então as principais alterações nos módulos 2 e 3 do MOP, compartilhados previamente com os membros do CFT.

José Alentejano sugeriu ajustes no Módulo 2 para deixar mais clara a separação entre os dois fundos de Transição do ARPA (ARPA Comunidades e ARPA Criação e Gestão de UCs), destacando que, embora sigam a mesma política de investimentos, são fundos incomunicáveis e com diferenças de uso que devem estar explicitadas no MOP. Ele também propôs uma organização mais estruturada do documento, de forma que os conteúdos comuns aos dois componentes fiquem claramente identificados e os conteúdos específicos sejam separados em seções distintas, evitando sobreposições, redundâncias e inconsistências futuras.

Alentejano colocou em votação a proposta de que o MOP fosse aprovado pelo CFT de forma condicionada ao compromisso do Funbio de incorporar os pontos discutidos na reunião, o que foi acatado por todos.

Deliberação 7: O CFT aprova o Manual Operacional do Programa ARPA, condicionada à incorporação dos pontos discutidos na reunião.

Encaminhamento 5: O FUNBIO apresentará, na próxima reunião do CFT, uma nova versão do MOP incorporando os pontos discutidos na reunião.

Encaminhamento 6: O FUNBIO deve detalhar os anexos faltantes do módulo 3 do MOP até a reunião do CFT em dezembro de 2026.

Encaminhamento 7: Os membros do CFT poderão enviar ao FUNBIO contribuições para o MOP, para que sejam submetidas à avaliação nas próximas reuniões do CFT (agosto e dezembro de 2026).

IX. Orçamento: Pacote de Entrada ARPA Comunidades

Fábio Ribeiro apresentou o Pacote de Entrada do ARPA Comunidades para 2026, que foi construído a partir da revisão das demandas dos diferentes subcomponentes do projeto e priorização de atividades consideradas essenciais e viáveis para realização de testes, considerando a necessidade de desenvolvimento e implementação ainda no ano de 2026.

O objetivo foi qualificar e selecionar ações-chave ainda não cobertas por contratos de apoio, já que algumas iniciativas já estão em andamento ou em fase de piloto, como as Trilhas da produção Comunitária (subcomponente 2), que estaria coberto no âmbito da consultoria de levantamento de linha de base, financiada pela parceria com o KfW.

A proposta foi organizada por subcomponentes. O Pacote de Entrada, que totaliza R\$ 8,485 milhões, foi apresentado como um conjunto de ações estratégicas, necessárias e factíveis para preparar a fase de implementação mais ampla do programa a partir de 2027.

Entre as principais ações previstas para o ano de 2026, estão: no âmbito do subcomponente 1, a realização de um piloto de Plano de Vida em uma UC; no subcomponente 3, a instalação de 300 pontos de conectividade significativa em parceria com o Instituto Conexão Povos da Floresta, incluindo mensalidades; no subcomponente 4, recursos para apoio a ações relacionadas à criação de UCs; no subcomponente 5, o desenvolvimento de uma plataforma de suporte ao monitoramento de indicadores do ARPA Comunidades. Por fim, o pacote também destina recursos para a mobilização de atividades e governança do programa.

Manoel Serrão complementou informando que a proposta para o segundo semestre de 2026 foi construída de forma conservadora, considerando o tempo limitado (cerca de seis meses) e a necessidade de concentrar esforços na preparação do projeto para garantir o início da operação efetiva no começo de 2027.

As ações previstas no pacote são, em sua maioria, habilitantes, ou seja, necessárias para viabilizar a implementação futura do programa, e destacou que, embora houvesse uma ambição inicial maior, a equipe optou por priorizar atividades com maior maturidade, já com parceiros definidos e encaminhamentos claros, como no caso do Instituto Conexão Povos da Floresta.

Roberta Holmes solicitou esclarecimentos sobre como seria a execução do recurso destinado ao subcomponente 4, de criação de UCs, caso ele fosse aprovado, especialmente em relação ao modelo operacional já existente no ARPA Criação e Gestão de UCs.

Fábio Ribeiro explicou que a proposta é que a gestão desse recurso seja feita com apoio da estrutura da gerência do ARPA Criação e Gestão de UCs e do DAP, aproveitando os acordos e arranjos já existentes.

Rodolfo Marçal complementou que o modelo ainda será detalhado em oficinas de operacionalização e que a ideia é construir conjuntamente a forma de execução, considerando experiências de outros projetos do FUNBIO. Ressaltou também que o recurso tem caráter estratégico e visa apoiar a definição de caminhos para criação de UCs em nível federal e estadual ao longo dos próximos meses.

Manoel Serrão acrescentou que o valor previsto funciona como um recurso catalítico, para aproveitar janelas de oportunidade na criação de áreas protegidas, especialmente em contextos de transição governamental, permitindo respostas rápidas quando surgirem oportunidades relevantes.

Bernardo de Souza sugeriu ajustar a redação do item relacionado à criação de UCs para torná-la mais ampla e flexível. Ele explicou que o termo “estudos” pode ser restritivo, já que a criação de unidades de conservação envolve diferentes fases além da etapa preliminar.

Por isso, propôs substituir ou ampliar a descrição para algo como “apoio a criação de unidades de conservação”, permitindo que o recurso possa ser utilizado em outras etapas do processo, não apenas na fase de estudos. A sugestão foi bem recebida e acatada.

Roberta Holmes questionou como funcionaria o recurso de mobilização da governança, monitoramento e gestão do programa, pois no ARPA Criação e Gestão de UCs já existe um recurso específico para a UCP. Ela perguntou se, no ARPA Comunidades, os R\$ 150 mil previstos também seriam destinados às UCPs (neste caso, Sbio, SNPCT e SBC).

Rodolfo Marçal esclareceu que, neste primeiro momento, o recurso será gerenciado pelo FUNBIO, em estreita parceria com o MMA e alinhado com as Secretarias que coordenam cada subcomponente do projeto.

Manoel Serrão complementou que a previsão de recursos para as UCPs existe e será incorporada com a aprovação do MOP e do ciclo de recursos dos próximos dois anos, mas que, por ora, a alocação permanece centralizada no FUNBIO.

Luiz Felipe de Luca fez um alerta sobre o uso do sistema de monitoramento SOMUC, chamando atenção para o risco de duplicidade de sistemas e sobrecarga de informações, defendendo que haja clareza sobre sua complementaridade com outras ferramentas já utilizadas, evitando sobreposição e possíveis dificuldades operacionais para as unidades de conservação. Ele sugeriu aprofundar o diálogo entre as instituições envolvidas, incluindo o ICMBio, para definir melhor como será o uso e a alimentação do sistema, reduzindo riscos de ruídos e retrabalho.

Fábio Ribeiro respondeu concordando com as preocupações, afirmando que o tema já está na agenda de discussão e que o processo seguirá sendo construído de forma dialogada, com encaminhamento das questões levantadas.

Manoel Serrão concordou e reforçou que o programa vem buscando integrar ferramentas e aproveitar sinergias com sistemas do ICMBio, evitando duplicidades. Destacou o papel central do ICMBio no desenvolvimento dessas soluções e a importância de o ARPA Comunidades se alinhar a esse ecossistema existente. Concluiu que qualquer nova iniciativa deve ser validada em articulação com o ICMBio, garantindo coerência institucional e integração entre os sistemas já em uso.

Colocado em votação, o Pacote de Entrada do ARPA Comunidades foi aprovado pelos membros. José Alentejano destacou que esta aprovação marca o início dos desembolsos do projeto e reiterou que os recursos só poderão ser efetivamente liberados após a não objeção dos doadores KfW e WWF.

Deliberação 8: O CFT aprova o Pacote de Entrada do ARPA Comunidades.

X. Deliberações

Descrição
Deliberação 1: O CFT aprova a realização da próxima reunião presencial em Brasília, no dia 11 de agosto de 2026, nas instalações do escritório do FUNBIO.
Deliberação 2: O CFT aprova a renovação dos mandatos de José Alentejano, como Presidente, e de Avecita Chicchon, como Vice-Presidente do Comitê, por mais dois anos.
Deliberação 3: O CFT aprova a indicação de Gabriela Weber para ocupar a vaga de Doador Indivíduo no Comitê de Financiamento de Transição.
Deliberação 4: O CFT aprova a alocação de até R\$ 350.000,00 para a realização do Relatório D (RAPPAM), destinado à avaliação da efetividade das Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa ARPA.
Deliberação 5: O CFT aprova a alocação de até R\$ 220.000,00 para a revisão do modelo de custos e do modelo financeiro do Programa ARPA, conforme escopo originalmente apresentado
Deliberação 6: O CFT aprova a Política de Investimentos do Fundo de Transição do ARPA Comunidades.
Deliberação 7: O CFT aprova o Manual Operacional do Programa ARPA, de forma condicionada, incorporando os pontos discutidos na reunião.
Deliberação 8: O CFT aprova o Pacote de Entrada do ARPA Comunidades.

XI. Encaminhamentos

Ponto de pauta	Descrição	Responsável
Apresentações, agenda do dia, revisão e atualização de encaminhamentos e deliberações da última reunião	Encaminhamento 1: O FUNBIO dará continuidade aos procedimentos necessários para a instalação dos Conselhos do Programa ARPA, após a validação final das indicações dos representantes da sociedade civil e da academia.	FUNBIO
Execução ARPA	Encaminhamento 2: O ICMBio deverá realizar, na próxima reunião do CFT, apresentação sobre a integração entre recursos de compensação ambiental e demais fontes de financiamento utilizadas no Programa ARPA.	ICMBio
Recurso para o Relatório D (RAPPAM) - Avaliação de Efetividade e para a Revisão do Modelo de Custo e Financeiro	Encaminhamento 3: Caso sejam identificadas necessidades de ajustes no escopo ou orçamento do Relatório D (RAPPAM), a proposta deverá ser submetida novamente à apreciação do CFT, inclusive por meio de deliberação assíncrona.	FUNBIO/WWF
	Encaminhamento 4: O FUNBIO avaliará, em conjunto com os parceiros do Programa, a viabilidade de inclusão de atividades complementares à revisão do modelo de custos e financeiro, incluindo a eventual atualização do estudo "Quanto Custa uma Unidade de Conservação", devendo apresentar ao CFT, na reunião de agosto, proposta de escopo e estimativa de custos, caso aplicável.	FUNBIO/ICMBio/MMA
Apresentação do MOP e aprovação da revisão dos Módulos 2 e 3	Encaminhamento 5: O FUNBIO apresentará, na próxima reunião do CFT, uma nova versão do MOP para deliberação.	FUNBIO
Apresentação do MOP e aprovação da revisão dos Módulos 2 e 3	Encaminhamento 6: O FUNBIO deve detalhar os anexos faltantes do módulo 3 do MOP até a reunião do CFT em dezembro de 2026.	FUNBIO
Apresentação do MOP e aprovação da revisão dos Módulos 2 e 3	Encaminhamento 7: Os Doadores poderão enviar ao FUNBIO contribuições para o MOP, para que sejam submetidas à avaliação nas próximas reuniões do CFT (agosto e dezembro de 2026).	DOADORES

XII. ASSINATURAS

17 de junho de 2026.

MEMBROS CFT DOADORES INSTITUCIONAIS:

José Augusto Alentejano

WWF/Brasil

Francisco Oliveira

Gordon and Betty Moore Foundation

Adriana Moreira

GEF

Jon Tua

WWF/US

Carola Griebenow

KfW

MEMBRO DOADOR INDIVÍDUO

Daniela Weber

Natura

MEMBRO CFT DO GOVERNO BRASILEIRO:

Rita Mesquita

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

SECRETARIA EXECUTIVA CFT:

Rosa Lemos de Sá

Secretaria Geral / FUNBIO